



## **Declaração sobre o conflito na Ucrânia à luz de evidências crescentes de crimes de guerra e crimes contra a humanidade**

\*Richard Geraldo Dias de Oliveira

\*Sandra Neder Thomé de Freitas

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da 2ª Subseção da OAB Santos e da 93ª Subseção da OAB Pinheiros acreditam que é vital que os Estados-Membros das Nações Unidas e que a comunidade internacional tomem todas as medidas legais possíveis para reduzir e, finalmente, cessar hostilidades causadas pela agressão russa na Ucrânia, garantir que todas as partes cumpram suas obrigações legais sob o direito internacional e minimizar o sofrimento da população civil na Ucrânia.

A flagrante violação da Federação Russa dos princípios e propósitos fundamentais da Carta das Nações Unidas criou um momento crucial para o direito internacional e a ordem internacional baseada em regras.

Está em jogo a credibilidade da ordem internacional, na qual o Estado de Direito desempenha um papel fundacional. A 2ª Subseção da OAB Santos e da 93ª Subseção da OAB Pinheiros afirmam o direito da Ucrânia ao exercício de seu direito soberano na legítima defesa individual ou coletiva proporcional de sua população e de seu território.

A falha em garantir a responsabilização por graves violações do Direito Internacional Humanitário (DIH), do Direito Penal Internacional (ICL) e do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), sinaliza aos perpetradores de atrocidades o direito, em todo o mundo, na destruição de restrições contra atos ilegais de violência como meio para atingir objetivos políticos.

Diante desses fatos as Comissões de Direito e Relações Internacionais da 2ª Subseção da OAB Santos e da 93ª Subseção da OAB Pinheiros pedem respeito ao Direito Internacional Humanitário, Direito Penal Internacional e Direito Internacional dos Direitos Humanos, condenando nos termos mais fortes possíveis, as contínuas violações do DIH, ICL e DIDH cometidas pelas forças da Federação Russa e unidades mercenárias sob seu controle em toda a Ucrânia.

Evidências de crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelas forças da Federação Russa contra civis ucranianos continuam a aumentar.

Desta forma as Comissões de Direito e Relações Internacionais da 2ª Subseção da OAB Santos e 93ª Subseção da OAB Pinheiros:

1.) Conforme suas declarações anteriores, com relação a ilegalidade da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, o que constituiu um crime de agressão e uma violação flagrante da Carta da ONU, [1] pedem pela pronta investigação das alegações de crimes de guerra cometidos por russos – Forças da Federação e o estabelecimento de um tribunal híbrido para investigar e julgar o crime de agressão cometido contra a Ucrânia, [2] e condenam a censura de reportagens da mídia independente na Rússia e a aparente segmentação de jornalistas na Ucrânia. [3];

2.) Tem ciência dos relatos credíveis e chocantes de atrocidades cometidas em toda a Ucrânia, principalmente em Bucha, Irpin, Mariupol e na estação de trem de Kramatorsk, as quais são de particular preocupação e parecem envolver ações militares intencionais e direcionadas contra civis, resultando em execuções em massa, tortura e violência sexual e de gênero;

3.) Acreditam que a escala das atrocidades cometidas em Bucha, Irpin e outras áreas ao redor de Kiev fornecem evidências plausíveis e apoiam ainda mais as alegações credíveis de que as forças da Federação Russa cometeram crimes de guerra em grande escala e crimes contra a humanidade;

4.) Condenam o ataque ilegal à estação de trem de Kramatorsk em 8 de abril, que resultou na morte de mais de 50 civis [4];

5.) Pedem à comunidade internacional que fortaleça sua resposta coletiva para investigar de forma independente todas as supostas atrocidades cometidas na Ucrânia e garantir que todos os perpetradores dessas atrocidades, incluindo líderes militares e civis da Federação Russa, sejam responsabilizados;

6.) Pedem as autoridades competentes que ao investigar os crimes acima relatados, assumam uma abordagem onde a justiça seja voltada para a vítima, o que é primordial, incluindo, mas não se limitando a, garantir que testemunhas e/ou sobreviventes sejam priorizados para serviços de saúde, refúgio seguro e acesso imediato a serviços jurídicos [5];

7.) Apoiam totalmente os esforços da comunidade internacional para investigar esses crimes, inclusive do Gabinete do Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional (TPI) e da Comissão de Inquérito para a Ucrânia estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas;

8.) Apoiam ainda, incondicionalmente, a investigações domésticas feitas por autoridades na Ucrânia e em outras jurisdições, que são essenciais para responsabilizar os autores de violações do DIH, ICL e DIH;

9.) Apela ao TPI e a todos os outros mecanismos de responsabilização que investiguem de forma expedita e imparcial todos os potenciais crimes de atrocidade cometidos na Ucrânia, incluindo crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. [6];

10.) Aproveitam esta oportunidade para expressar novamente suas sérias preocupações sobre relatos críveis de que a Federação Russa atacou esses jornalistas em violação ao DIDH. [7];

11.) Deploram os relatos credíveis de que civis na Ucrânia foram vítimas de deportações forçadas para a Rússia [8] contra a sua vontade e condena o uso de violência sexual e de gênero pelas forças da Federação Russa para aterrorizar a população civil na Ucrânia [9];

12.) Expressam sua mais profunda preocupação com os deslocados pelos atos de agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os deslocados internamente e aqueles que buscaram refúgio no exterior;

13.) Elogiam a disposição e capacidade dos vizinhos da Ucrânia, incluindo Polônia, Moldávia, Romênia, Eslováquia e Hungria, de acolher refugiados que fogem da violência;

14.) Pedem ao Governo do Brasil e à comunidade internacional que respondam coletivamente para fornecer ajuda financeira e humanitária aos países anfitriões e reassentar refugiados de acordo com a lei internacional de refugiados e asilo;

15.) Tem conhecimento que em 23 de abril, dez milhões de ucranianos e cidadãos estrangeiros foram deslocados, [10] incluindo mais de cinco milhões para países vizinhos, [11] a grande maioria são mulheres e crianças;

16.) Elogiam os esforços de organizações da sociedade civil e atores privados para obter e preservar provas de crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelas forças da Federação Russa, bem como os esforços de jornalistas nacionais e internacionais que arriscaram suas vidas para testemunhar a atrocidades em Bucha, Irpin e em outros lugares da Ucrânia e que todos esses mecanismos de investigação são necessários para documentar a escala das graves violações do DIH, ICL e DIDH que estão sendo cometidas contra a população ucraniana e não devem ser impedidos de forma alguma;

17.) Acreditam que a Federação Russa deva permitir: a.) o acesso humanitário desimpedido às populações civis sitiadas, mais premente na cidade de Mariupol, onde até 100.000 civis estão presos e a terrível situação humanitária continua a se deteriorar ainda mais. [12]; b.) que os civis busquem segurança longe das áreas sitiadas de acordo com suas obrigações legais sob o DIH [13] e finalmente; c.) que qualquer uso da ajuda humanitária e da fome como armas de guerra é ilegal e completamente inaceitável;

18.) Expressam sua preocupação adicional com o impacto que a invasão da Federação Russa está tendo sobre a situação dos direitos humanos fora da Ucrânia, especialmente em relação à exacerbação da dificuldade de fornecer serviços básicos e criar escassez de alimentos nos países em desenvolvimento [14];

19.) Congratulam-se com a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de suspender a Federação Russa do seu lugar no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, [15] mas, permanecem profundamente preocupadas com a incapacidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas de tomar medidas construtivas ação para pôr fim aos atos de agressão e atrocidades cometidos pela Federação Russa e se o Conselho de Segurança das Nações Unidas continuar paralisado para agir em resposta a graves violações do DIH, ICL e DIDH, a confiança do público na capacidade da instituição de cumprir seu mandato de manter a paz e a segurança internacionais será severamente diminuída [16];

20.) Apela a comunidade jurídica, escritórios de advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil e em todo o mundo para encontrar caminhos para apoiar a Ucrânia, suas instituições e organizações da sociedade civil em seus esforços para documentar as atrocidades cometidas na Ucrânia; bem como para apoiar as necessidades das pessoas e populações deslocadas pelo conflito, tendo em vista que à medida que a crise na Ucrânia se desenrola e as provas de atrocidades se acumulam, o Ministério da Justiça da Ucrânia, o Gabinete do Procurador-Geral, o Gabinete do Provedor de Justiça e os Procuradores Militares a nível nacional e local, bem como as organizações da sociedade civil ucraniana, irão necessitar de apoio em espécie e assistência internacional ao desenvolvimento em diversas áreas;

21.) Vislumbra a necessidade de: a.) coleta, documentação, preservação e armazenamento de provas de crimes de atrocidade; b.) assistência jurídica às vítimas e deslocados; serviços de reabilitação psicossocial em parceria com serviços de assistência judiciária; c.) proteção de mulheres e crianças e investigação e repressão de violência sexual e de gênero;

22.) Apoiam incondicionalmente à Ucrânia no estabelecimento de suas próprias câmaras de tribunais de crimes de guerra e instalações de encarceramento e capacitação nos setores de Estado de direito e justiça para treinar juizes, advogados e promotores para julgar esses casos além de lutar para que as instituições ucranianas de Estado de direito, justiça e direitos humanos tenham apoio financeiro renovado e sustentado na forma de assistência internacional ao desenvolvimento dos Estados Membros das Nações Unidas e da comunidade internacional;

23.) Aguardam que todos os Estados Membros das Nações Unidas a renovem e cumpram seus compromissos financeiros como doadores de desenvolvimento internacional, tanto bilateral quanto multilateralmente, reforçando os seus compromissos com o estado de direito por meio do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e outros mecanismos;

24.) Conclamam os advogados e às associações de advogados a explorarem maneiras pelas quais eles e seus membros possam apoiar as necessidades de pessoas e populações deslocadas pelo conflito. Isso inclui fornecer assistência jurídica pro bono competente, diligente e ética a esses indivíduos e suas famílias.

Essas são as recomendações mínimas que as Comissões de Direito e Relações Internacionais da 2ª Subseção da OAB Santos e da 93ª Subseção da OAB Pinheiros acreditam serem necessárias a fim de garantir que todas as partes cumpram suas obrigações legais sob o manto dos direitos humanos internacional e de maneira de minimizar o sofrimento da população civil na Ucrânia.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros se une à comunidade internacional para pedir à Federação Russa e a todas as partes no conflito na Ucrânia que cumpram suas obrigações legais sob o DIH, ICL e DIDH, incluindo o princípio fundamental do DIH, a obrigação de distinguir entre e alvos civis. Isso é especialmente importante porque a Federação Russa conduz uma nova ofensiva no leste da Ucrânia.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros apelam ao sistema das Nações Unidas e à comunidade internacional para que busquem diligentemente todas as vias diplomáticas para reduzir a violência na Ucrânia e alcançar um cessar-fogo para reduzir o sofrimento da população civil da Ucrânia.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros insta a Federação Russa a cumprir o parecer juridicamente vinculativo do Tribunal Internacional de Justiça emitido em 16 de março de 2022, exigindo que a Federação Russa interrompa todas as atividades militares na Ucrânia.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros apelam ao TPI, à Comissão de Inquérito sobre a Ucrânia e a todos os outros mecanismos com jurisdição adequada para investigar de forma rápida e independente as atrocidades cometidas nas áreas circundantes de Kiev, incluindo Bucha e Irpin, bem como em Mariupol, para determinar se constituem crimes de guerra, crimes contra a humanidade e possível genocídio, ao mesmo tempo em que garante que os direitos das testemunhas e dos sobreviventes sejam protegidos, a segurança seja garantida e a segurança seja imediatamente priorizada.

A Federação Russa deve cessar, de acordo com o DIH, ICL e DIDH, sua deportação forçada de civis e a prática de violência sexual e de gênero por suas forças.

A Federação Russa deve permitir a passagem livre de ajuda humanitária e permitir que os civis busquem segurança longe das áreas sitiadas, de acordo com suas obrigações legais.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros insta todos os membros da comunidade internacional a cumprir suas obrigações legais sob a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. [17]

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros insta todos os Estados Membros das Nações Unidas a renovar e cumprir seus compromissos financeiros como doadores de desenvolvimento internacional, tanto bilateral quanto multilateralmente. Isso inclui reforçar seus compromissos com o estado de direito por meio do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e outros mecanismos.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros apela às suas associações de advogados e à comunidade jurídica global para ajudar o governo ucraniano e a comunidade internacional a documentar provas de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outros crimes graves ao abrigo do direito ucraniano e internacional com o objetivo de preservar essas provas para futuros processos.

As Comissões de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos e OAB Pinheiros insta os advogados e às associações de advogados a explorarem maneiras pelas quais eles e seus membros possam apoiar as necessidades de pessoas e populações deslocadas pelo conflito. Isso inclui fornecer assistência jurídica pro bono competente, diligente e ética a esses indivíduos e suas famílias.

[1] Consulte <https://www.nycbar.org/media-listing/media/detail/russian-federations-invasion-of-ukraine>(Todos os sites visitados pela última vez em 4 de maio de 2022.)

[2] Veja <https://www.nycbar.org/media-listing/media/detail/russian-war-crimes-in-ukraine-investigation-request>

[3] Veja <https://www.nycbar.org/media-listing/media/detail/concerns-over-russian-attacks-on-freedom-of-expression-and-press>

[4] Jonathan Beale, guerra na Ucrânia: Descrença e horror após o ataque à estação de trem de Kramatorsk, BBC (9 de abril de 2022), <https://www.bbc.com/news/world-europe-61055105>.

[5] Conforme observado pelo próprio Tribunal Penal Internacional, a segurança das vítimas é crucial. É importante tomar medidas preventivas, como evitar mencionar detalhes de identificação de indivíduos ou expor sua cooperação com o TPI e outros mecanismos de investigação.

[6] Por carta separada ao presidente Biden e aos líderes do Congresso, datada de 3 de março de 2022, o City Bar pediu aos Estados Unidos que apoiassem totalmente a investigação do TPI sobre crimes de atrocidade na Ucrânia. Consulte <https://www.nycbar.org/member-and-career-services/committees/reports-listing/reports/detail/ukraine-russia-international-criminal-court-us-involvement>.

[7] Veja <https://www.nycbar.org/media-listing/media/detail/concerns-over-russian-attacks-on-freedom-of-expression-and-press>; veja também US 'Horrorified' At Killing Of American Journalist Near Kyiv, Radio Free Europe (13 de março de 2022), <https://www.rferl.org/a/ukraine-us-journalist-shot-dead/31750862.html>( descrevendo a morte do cineasta em Irpin).

[8] Mariupol diz que 15.000 foram deportados da cidade sitiada para a Rússia, Reuters (24 de março de 2022), <https://www.reuters.com/world/europe/mariupol-says-15000-deported-besieged-city-russia-24/03/2022/>.

[9] Ucrânia: forças russas executando extrajudicialmente civis em aparentes crimes de guerra – novo testemunho, Anistia Internacional (7 de abril de 2022), <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/04/ukraine-russo-forças-extrajudicialmente-executando-civis-em-aparente-crimes-de-guerra-novo-testemunho/>; Ucrânia: crimes de guerra aparentes em áreas controladas pela Rússia, Human Rights Watch (3 de abril de 2022), <https://www.hrw.org/news/2022/04/03/ukraine-apparent-war-crimes-russia-áreas-controladas#>.

[10] Quase 6,5 milhões de pessoas deslocadas internamente na Ucrânia: OIM – Organização Internacional para as Migrações (21 de março de 2022),<https://www.iom.int/news/almost-65-million-people-internally-displaced- ucrânia-iom>.

[11] Ver Portal de Dados Operacionais, Situação dos Refugiados na Ucrânia,<https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine>.

[12] Alessandra Prentice e Issam Abdallah, prefeito de Mariupol, dizem que as vidas da residência presa da cidade estão nas mãos de Putin, Reuters (21 de abril de 2022),<https://www.reuters.com/world/mariupol-mayor-says-lives-citys-trapped-residents-are-putins-hands-2022-04-21/>.

[13] A Regra 55 do DIH Consuetudinário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha afirma: “As partes em conflito devem permitir e facilitar a passagem rápida e desimpedida de ajuda humanitária para civis necessitados, que seja de caráter imparcial e conduzida sem qualquer distinção adversa , sujeito ao seu direito de controle.” Consulte [https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1\\_rul\\_rule55](https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule55).

[14] Conforme observado pelo secretário-geral da ONU em suas declarações ao Conselho de Segurança de 5 de abril de 2022, a invasão russa da Ucrânia continua a ter repercussões muito além das fronteiras da Ucrânia. A guerra levou a aumentos maciços no preço dos alimentos, energia e fertilizantes. Isso interrompeu as cadeias de suprimentos e aumentou o custo do transporte. Isso colocou os países em desenvolvimento sob pressão que já estavam à beira do colapso da dívida devido ao impacto da pandemia do COVID-19. Os preços do trigo, milho, cevada, petróleo, gás natural e fertilizantes aumentaram em geral, aumentando a taxas entre 20 e 60 por cento mais do que no mesmo período do ano passado. Se a situação continuar inalterada, terá consequências imprevistas nos países em desenvolvimento em termos de sustentabilidade e capacidade de seus governos de fornecer serviços básicos. Pode-se esperar que isso tenha impacto sobre os direitos humanos e o estado de direito nesses países, incluindo os direitos de mulheres e crianças e outros grupos vulneráveis à alimentação, saúde, meios de subsistência econômicos e meio ambiente. Consulte <https://www.un.org/sg/en/node/262886> .

[15] Michelle Nichols, ONU suspende a Rússia do órgão de direitos humanos, Moscou então sai, Reuters (7 de abril de 2022),<https://www.reuters.com/world/un-vote-suspending-russia-human-rights -conselho-sobre-ucrânia-2022-04-07/>.

[16] Citando o presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy durante seu discurso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em 5 de abril de 2022: “Estamos lidando com um estado que transforma o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU em um direito de matar. O que mina toda a arquitetura da segurança global. O que permite que o mal fique impune e se espalhe pelo mundo. Destruindo tudo o que pode trabalhar para a paz e a segurança. Se isso continuar, o final será que cada estado dependerá apenas do poder das armas para garantir sua segurança, não no direito internacional, não nas instituições internacionais. Então, a ONU pode simplesmente ser dissolvida.” Consulte <https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-na-zasidanni-radi-bezpeki-oon-74121>.

[17] De acordo com o artigo I da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, as Partes Contratantes devem adotar medidas para prevenir e punir o genocídio. Além disso, o Artigo VIII da Convenção permite que as Partes Contratantes “convidem os órgãos competentes das Nações Unidas a tomar as medidas que considerem apropriadas para a prevenção e repressão de atos de genocídio, de acordo com a Carta das Nações Unidas”

\*Richard Geraldo Dias de Oliveira é Presidente da Comissão de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos desde 2019 , membro das Comissões de Direito Espacial da OAB Santos , Ciência e Tecnologia e Inovação e Direito e Relações Internacionais da OAB Pinheiros e Meio Ambiente Seccional de São Paulo foi Presidente da Comissão de Direito e Relações Internacionais da OAB Guarujá (2010-2015).

\*Sandra Neder Thomé de Freitas é Mestre em Direito, com ênfase em Justiça, Empresa e Sustentabilidade pela Universidade Nove de Julho. Pós-graduada em Meio Ambiente pela ESASP. Presidente da Comissão de Direito e Relações Internacionais da OAB/Pinheiros.